



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EDITAL

Handwritten signature/initials

Nº08/AM/EE/2017

PAULA MARIA DANIEL DE MELO LOPES, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, FAÇO PÚBLICO, em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 56º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que na única reunião da Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e dezassete, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

-----“ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, foi apresentada a seguinte proposta da Mesa da Assembleia:-----

“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ RAPOSO NOBRE -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em Sessão Ordinária, no dia 22 de dezembro de 2017, manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento no dia 8 de dezembro de José Raposo Nobre, eleito, em 1976, Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém.-----

Entre 1977 e 1979 presidiu à Câmara Municipal contribuindo na época para a melhoria do bem estar e qualidade de vida da população.-----

José Raposo Nobre foi um homem da cultura, esteve à frente da gerência do Cinema de Alvalade, entre 1959 e 1973. Organizou e apresentou, além do cinema, espetáculos de variedades com grandes artistas da TV, da Rádio e do Cinema da época. Foi um dos quatro fundadores do Futebol Clube Alvaladense. Foi membro executivo da Junta de Freguesia de Alvalade. Desde 1998 que fazia parte dos Órgãos Diretivos da Casa do Povo de Alvalade.-----

Pelo seu trabalho, dedicação e perseverança a Assembleia e Câmara Municipal de Santiago do Cacém atribuíram-lhe a Medalha de Mérito Municipal em 2013.-----

À sua Família a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém apresenta as mais sentidas condolências.-----

Aprovada, por unanimidade. -----

Pelo Senhor Luís do Ó, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte proposta: -----

“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ZÉ PEDRO -----

José Pedro Amaro dos Santos Reis nasceu à meia-noite, de 13 para 14 de setembro de 1956, em Lisboa, e faleceu no dia 30 de novembro de 2017. Contava 61 anos de idade e desde jovem que sonhava ter uma banda rock. E teve.-----

Os Xutos & Pontapés construíram uma carreira recheada de sucessos, marcando de forma indelével diversas gerações de portugueses. Êxitos como “Contentores”, “A minha Casinha”, “Remar Remar”, “Homem do Leme”, “N’America” ou “Não Sou o Único” são apenas algumas das canções que ficarão para sempre na nossa memória coletiva. O grupo deu o seu primeiro concerto, no dia 13 de janeiro de 1979, na Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo, e foi noutra Sociedade Filarmónica, na Filarmónica União Artística, em 1982, que tocaram pela primeira vez em Santiago do Cacém.-----

Helela

Em 1983, os Xutos & Pontapés regressaram para mais dois espetáculos no nosso concelho, no Ringue de Patinagem dos Bombeiros, em Santiago, e no Pavilhão do Estrela, em Vila Nova de Santo André. E seguiram-se mais visitas, incluindo as atuações de 25 de Abril de 2005 e a mais recente, em 2 de junho de 2013, na Santiago. Nesse último concerto no nosso concelho, Zé Pedro fez menção, em palco, aos amigos que tinha desde há muitos anos em Santiago do Cacém e em Vila Nova de Santo André, referindo, ainda, as bandas Xupetas & Fraldinhas e k2O3. -----

A amizade entre o grupo de Santiago do Cacém, Xupetas & Fraldinhas e os Xutos & Pontapés foi, efetivamente, intensa e a banda do nosso concelho chegou, em 1983, a tocar duas vezes com Xutos num mesmo dia. De tarde, na festa do 1º de maio da UGT, no Parque Eduardo VII, em Lisboa, e de noite, em Pedrouços. -----

Zé Pedro tinha qualidades especiais e sempre foi um entusiasta divulgador de músicas e de músicos. A simpatia, o sorriso e a generosidade ficarão para sempre associados a esta lenda da música rock portuguesa, que não hesitava em apoiar outros músicos. -----

O grupo k2o3, constituído por dois elementos de Santiago do Cacém e dois elementos de Vila Nova de Santo André, tocou em 1 de novembro de 1995, no bar de Zé Pedro, Johnny Guitar, em Lisboa. A seguir a esse espetáculo declarou a uma rádio que tinha gostado imenso dos k2O3 e prometeu que tudo iria fazer para os apoiar. Através dele, os k2o3 chegaram à editora El Tatu e, dois meses depois, entraram em estúdio para gravarem o seu primeiro álbum, “És Capaz!”. -----

Zé Pedro participou, igualmente, no concerto de apresentação desse disco em Santiago do Cacém e os k2O3 foram a banda oficial de primeiras partes de Xutos & Pontapés em 1996 e 1997. -----

Mais recentemente, em 28 de novembro de 2014, Zé Pedro esteve em Santiago do Cacém, onde participou numa Conferência organizada pela Paróquia, em que partilhou a sua experiência de vida. Também nestes últimos cinco anos, colaborou de forma empenhada com amigos seus, naturais do nosso concelho, tanto nos bastidores de um disco como para um livro de entrevistas. -----

De todos os grupos históricos da música portuguesa, a banda Xutos & Pontapés foi a que mais vezes atuou no nosso concelho, quer num período inicial da sua carreira quer depois de já se ter elevado a ícone do rock português. -----

A última vez que Zé Pedro subiu a um palco foi no dia 4 de novembro, num Coliseu dos Recreios totalmente esgotado e que o ovacionou prolongadamente naquele que foi o concerto de encerramento da digressão deste ano dos Xutos & Pontapés. Após esse espetáculo mágico, Zé Pedro publicou aquela que seria a sua última publicação no facebook, agradecendo, até ao fim, a música, o palco e a vida: -----

“Tentei e tento dar sempre o melhor de mim. O vosso carinho, o vosso amor, a vossa energia, toda a força que me transmitem é-me tão forte e vital que só posso humildemente agradecer... Obrigado também a todos os que ontem gritaram o meu nome e fizeram com que tivesse força para continuar naquele palco até ao fim.” -----

Nós é que agradecemos. -----

Muito obrigado, Zé Pedro. -----

Neste momento de luto, a Bancada do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, na sua sessão de 22 de dezembro de 2017, delibere manifestar o seu mais profundo pesar à família e ao grupo Xutos & Pontapés.” -----

Aprovada, por unanimidade. -----

Pela Senhora Teresa Alves, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----

“Moção-----

Pela Reabertura da Repartição da Segurança Social em Santiago do Cacém-----

No passado dia 14 de dezembro a população de Santiago do Cacém viu-se confrontada com o encerramento da Repartição da Segurança Social por degradação do edifício onde estava instalada, com o ato já consumado e sem qualquer aviso prévio.-----

Além da situação anteriormente exposta e sem aviso prévio, está agora obrigada a fazer 30km para ter acesso aos serviços da Segurança Social, sendo que no caso da Avaliação das Incapacidades os utentes têm de se deslocar 100km, por o serviço ter sido deslocalizado para Setúbal. -----

Considerando que a Segurança Social sabia, já há algum tempo, que o edifício estava degradado e que precisaria de obras, sendo o seu encerramento cada vez mais certo. ----

Considerando que não procurou soluções atempadas, preferindo encerrar os serviços quando o edifício deixou de ter condições.-----

Considerando que até hoje mantém a repartição encerrada sem garantias ou datas aproximadas para a sua reabertura, obrigando a população a grandes deslocações.-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 22 de dezembro de 2017: -----

1. Mostra-se solidária com a população contra o encerramento da Repartição da Segurança Social em Santiago do Cacém. -----

2. Exige que a Segurança Social encontre uma solução rápida, de maneira a permitir a reabertura dos seus serviços em Santiago do Cacém.” -----

INTERVENÇÕES: Senhores Manuel Mourão, eleito do PS, Jorge Magrinho e Teresa Alves, eleitos da CDU, Rui Vieira, eleito do BE, e Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar. -----

FORMA: Por maioria, com vinte e três votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz e um do eleito do BE, Senhor Rui Manuel Maria Beles Vieira. -----

Quatro votos contra de eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva.” -----

Duas abstenções, de eleitas do PS, senhoras Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Raquel Louro Vieira Correia. -----

Alc 6/9

-----“ORDEM DO DIA: -----

“3. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL -----

--- a) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018;-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“PROPOSTA: Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento Dois Mil e Dezoito, documentos previsionais definidos no ponto 2.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro.* -----

FUNDAMENTOS: - Conforme o disposto na alínea c) do nº. 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro”. -----

*Documentos que serão dados como reproduzidos na ata da reunião. -----

INTERVENÇÕES: Senhores Manuel Mourão, eleito do PS, Francisco Lobo de Vasconcellos e Pedro do Ó Ramos, eleitos pela Coligação Santiago do Cacém Mais e Rui Vieira, eleito do BE e Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. ---

DELIBERAÇÃO: Aprovar-----

FORMA: Por maioria, com dezassete votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Moraes Ribeiro Gonçalves.-----

Dez votos contra, sendo seis de eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Raquel Louro Vieira Correia, e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues.-----

Duas abstenções, sendo uma do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge Cruz, e outra do eleito do BE, Senhor Rui Manuel Maria Beles Vieira. -----

JUSTIFICACÕES DE VOTO: **Pela Senhora Dulce Rito, em representação dos eleitos do PS**, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “ Tendo em conta as omissões relevantes encontradas no Orçamento e a ausência de respostas adequadas às interpelações do Partido Socialista e não tendo ficado minimamente esclarecidos, votamos contra porquanto: -----

1. Cerca de metade das receitas do Município provêm de transferências da Administração Central, ou diretamente ou indiretamente através de Fundos Comunitários, via Feder e via FSE, isto é, o Município não gera, por si só, receitas que lhe permitam uma maior autonomia e para prevenir eventuais alterações na proveniência de verbas externas; -----

2. Por outro lado a vaga alusão a “outros”, quer a nível de receitas, quer a nível de despesas, torna pouco transparente o Orçamento apresentado;-----

3. Poder-se-ia, ao longo dos anos, ter feito um melhor aproveitamento dos dinheiros públicos, que fossem canalizados para trazer mais receitas próprias e melhorar a vida dos munícipes, como por exemplo o pagamento de rendas, há mais de 20 anos, de um

Alto

espaço que poderia nessa altura, ter sido adquirido pelo Município, tendo-se efetuado uma poupança significativa (mais de um milhão de euros) ou, com essa poupança poderia a Câmara ter melhorado e reabilitado o património municipal que está ao abandono (a título de exemplo os Paços do Concelho; o Palácio do Condinho e a Escola Conde de Ferreira, entre outros).-----

Porém, este executivo camarário continua a lamentar-se que o que não está feito ou não consta das previsões a fazerem é da responsabilidade da Administração Central e o que foi feito, e bem (segundo o Senhor Presidente) é de louvar.-----

Acresce que, a própria Câmara:-----

4. As verbas destinadas à formação dos funcionários, assim como as que estão alocadas em material didático para educação pré-escolar e para o 1º ciclo são, no mínimo, completamente fora da realidade, isto é, irrisórias.-----

E,-----

5. Não obtivemos explicações suficientes sobre a verba alocada ao regime de tarefa e avença e ainda a que está prevista para estudos, projetos, pareceres e consultadoria. -----

6. Lamentamos que o executivo camarário não tenha disponibilizado perto de €260.000,00 para resolver o problema da Escola Padre António Macedo em Santo André; Com este ato político deixámos de aproveitar mais de €3.000.000 de Fundos Comunitários através do Portugal 2020 e à volta de €260.000,00 que também eram comparticipados em 7,5%;-----

7. No orçamento não há nenhum sinal para dar resposta às questões muito antigas (que se prolongam e têm sido transversais a todos os executivos camarários) no tocante ao cemitério e à circular externa a Santiago, cujas respostas, ao longo dos anos têm sido “é desta”, “está quase”, “já temos estudos e análises feitas” e “agora é que vai”, entre outras;-----

No tocante às Grandes Opções do Plano dir-se-á que:-----

8. Uma vez mais não estão plasmadas quaisquer propostas apresentadas pelos vereadores do Partido Socialista, o que significa que o executivo camarário do Partido Comunista continua a exercer os “seus menus” autonomamente e de forma anticolaborante.-----

Este executivo camarário, à semelhança de outros anteriores, poderia dar sinal de desagravo fiscal, reduzindo o IMI e/ou criando um IMI familiar e criando mais e melhores condições para fixar população de que este Concelho tanto carece. -----

Last but not least, -----

9. Gostaríamos de ter conhecimento para quando estaria prevista uma circular a Santiago do Cacém, o cemitério, a política do solo que permita construção a preços justos; A correção de águas residuais e a ligação à rede, dentro do perímetro urbano, bem como a resolução em diversas localidades e aglomerados, que são uma questão de saúde pública.” -----

Pelo Senhor Rui Beles, eleito do BE, foi apresentada a seguinte declaração de voto:

O Bloco de Esquerda abstêm-se relativamente a esta votação porque embora consideremos algumas propostas deste orçamento como positivas, não houve por parte da maioria (CDU) vontade política para incluir quaisquer propostas do BE neste documento.-----

Tal atitude, faz com que a reunião ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição seja uma mera formalidade ao invés de se traduzir no reforço construtivo e plural do documento final.-----

PP 10/12

A transferência de competências para as Juntas é diminuta, porque na sua vertigem centralizadora, não quer abrir mão de nada significativo.-----

O Bloco de Esquerda denuncia esta situação e defende uma política de transferência de competências para as Juntas de Freguesia mais alargada, de modo a torna-las entidades verdadeiramente atuantes e com capacidade de intervenção numa escala de proximidade estreita com as populações, designadamente em matéria de arruamentos, limpeza urbana e espaços verdes, ou ainda no domínio da educação, cultura e desporto, de conservação e reparação de infraestruturas de saneamento básico e de apoio social.-----

Defendemos uma política autárquica de proximidade, baseada numa relação saudável, de confiança e responsabilização das Juntas de Freguesia em defesa da qualidade de vida e da satisfação das necessidades e anseios das populações.-----

Pelo Senhor João Machado Guerreiro, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal destacam no orçamento agora aprovado a continuidade do trabalho da Coligação Democrática Unitária no Concelho de Santiago do Cacém.-----

Áreas como a educação, cultura, áreas sociais, higiene urbana, emprego, preservação do espaço público, apoio à economia e investimento, turismo e muitas outras são expressivas nas Grandes Opções do Plano para 2018 – 2021.-----

Consideramos um orçamento equilibrado que demonstra a importância de todas as freguesias do Município, dando continuidade a um trabalho de parceria com a Câmara.

O orçamento reflete também o esforço diário de todos os trabalhadores das autarquias em prol da população do Concelho e é mais uma vez a prova de que é possível ter uma gestão equilibrada e rigorosa, continuando com um significativo investimento nas mais variadas áreas.”-----

--- b) Mapa de Pessoal 2018;-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha.-----

“PROPOSTA: Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para 2018.*-----

FUNDAMENTOS: De facto: Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, o Mapa de Pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e é aprovado pela Assembleia Municipal.-----

De direito: De acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.”-----

*Documento que será dado como reproduzido na ata da reunião.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar.-----

FORMA: Por maioria, com dezassete votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Moraes Ribeiro Gonçalves.-----

P. Melo

Dez abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Ricardo Jorge Cruz e Raquel Louro Vieira Correia, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Manuel Maria Beles Vieira. -----

Verificou-se a ausência temporária da Senhora Susana Louro Caiado Correia Pádua, eleita do PS.” -----

--- c) Apoio às freguesias do Município a atribuir no ano de 2018;-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“PROPOSTA: Submeter à Assembleia Municipal a aprovação dos seguintes apoios às freguesias a atribuir em 2018, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações: -----

Apoio para Freguesias -----

(VALORES EM EUROS)

JUNTAS-----	Correntes-----	Capital-----	Total
Abela-----	4.474,68 -----	13.921,07-----	18.395,75
Alvalade -----	6.088,17-----	25.611,30-----	31.699,47
Cercal do Alentejo-----	8.518,11-----	27.140,88-----	35.658,99
Ermidas-Sado9.201,39 -----	11.961,64 -----	21.163,03-----	
Santo André-----	39.709,00 -----	14.504,63-----	54.213,63
São Francisco daSerra -----	15.962,27 -----	7.839,40 -----	23.801,67
União Santiago Cacem,-----			
S.Cruz e S.Bartolomeu-----	78.708,08 -----	52.710,47 -----	131.418,55
União São Domingos-----			
e Vale Água -----	8.691,01 -----	25.427,76 -----	34.118,77
TOTAL-----	171.352,71 -----	179.117,15-----	350.469,86

FUNDAMENTOS: DE FACTO: UM: As freguesias são entidades autárquicas que prestam, por excelência, serviços de proximidade às populações;-----

DOIS: Tal realidade acentua-se num Município como o de Santiago do Cacém, dada a sua extensão territorial e as diversas necessidades populacionais;-----

TRÊS: Estas autarquias recebem transferências da administração Central, manifestamente insuficientes para que possam fazer face aos custos inerentes aos já referidos serviços que prestam às populações que, inclusivamente, ora se viram alargados por força do Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais; -----

QUATRO: Ainda que competisse à Administração Central que as transferências de verbas que realiza para as freguesias sejam ajustadas e proporcionais às competências conferidas, importa garantir a continuidade da prossecução, promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações através das Juntas de Freguesia. -----

CINCO: Encontra-se previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 dotações que englobam os apoios ora em causa. -----

DE DIREITO: UM: Compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta, conforme de acordo com o artigo 33.º n.º1, alínea ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Alfabeto

DOIS: Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sob formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, de acordo com artigo 25.º n.º 1, alínea j) do supra citado regime.” -----

INTERVENÇÕES: Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, e Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar.-----

FORMA: Por unanimidade.-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor Rui Manuel Maria Beles Vieira, eleito do BE, foi feita a seguinte declaração de voto: “ A Câmara Municipal de Santiago do Cacém propôs à Assembleia Municipal o quadro de apoio às freguesias do Município a atribuir no ano de 2018. -----

Queremos, assim, reportar-nos à relação da Câmara Municipal com as oito Juntas de Freguesia atualmente existentes, as quais consideramos asfixiadas com o centralismo da Câmara Municipal de Santiago do Cacém. -----

Assim, com o orçamento global de aproximadamente 32 milhões de euros, a Câmara Municipal pretende transferir para as Juntas de Freguesia apenas cerca de 630 mil euros, isto é, abaixo de 2% do seu Orçamento. -----

A CDU, com praticamente 40 anos de maiorias absolutas continua a dar mostras de um centralismo absoluto e de uma desvalorização objetiva do que podem ser as Juntas de Freguesia, os órgãos autárquicos mais próximos das populações, que deveriam dispor de uma muito maior capacidade de meios logísticos, humanos e financeiros na realização de obras e melhoramentos locais.” -----

--- d) Terceira Revisão ao Orçamento de 2017; -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“PROPOSTA: Submeter a Terceira Revisão ao Orçamento da Receita de Dois Mil e Dezassete à Assembleia Municipal.*-----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

Dois – Conforme disposto na alínea a) do n.º. 1 do artigo 25º. do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro”. -----

*Documento que será dado como reproduzido na ata da reunião. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar-----

FORMA: Por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----

P. Melo

Seis abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Raquel Louro Vieira Correia, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Manuel Maria Beles Vieira.” -----

--- e) **Contratação de fornecimento de energia elétrica – Repartição de encargos.** ---

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“PROPOSTA: Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do contrato que se pretende celebrar para “Fornecimento de energia elétrica em BTN (Baixa Tensão Normal), BTE (Baixa Tensão Especial), e MT (Média Tensão)”, para o período inicial de 12 meses, com início previsto a 01 de janeiro de 2018, com o preço base de 1 197 600,00 €, e com a possibilidade de renovação para o ano de 2019. -----

A estimativa de repartição de encargos para cada um dos anos, é a seguinte: -----

- 2018 - 1 197 600,00 €. -----

- 2019 - 1 197 600,00 €. -----

A estes valores acrescerá o IVA à taxa legal em vigor. -----

FUNDAMENTOS: Um - De acordo com o estabelecido na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Dois - Para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação vigente.” -----

INTERVENÇÕES: Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais e Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar. -----

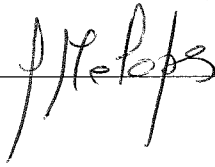
FORMA: Por maioria, com dezoito votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----

Dez abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Raquel Louro Vieira Correia, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Manuel Maria Beles Vieira.” -----

PARA CONSTAR SE PUBLICA ESTE E OUTROS DE IGUAL TEOR QUE VÃO SER AFIXADOS NOS LUGARES DE ESTILO. -----

Santiago do Cacém, vinte e sete de dezembro de 2017

A PRESIDENTE,



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'J. Lopez', is written over a horizontal line.